ACERVOS DIGITAIS E PRESERVAÇÃO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

Rosa Fátima de Souza[1]

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar o trabalho de reunião e organização de fontes de pesquisa para o estudo da educação rural que vem sendo realizado no âmbito do projeto temático "História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931 – 1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar", financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O acervo digital de fontes tem sido constituído por meio da identificação de documentos em arquivos escolares e órgãos da administração do ensino público de cidades do interior do estado de São Paulo. Mobilizando o diálogo entre o campo do patrimônio educativo, do patrimônio cultural e das ciências da informação, este texto ressalta os desafios de constituição do acervo digital em seus aspectos técnicos e informacionais, a relevância das fontes reunidas para a história da educação rural e problematiza o lugar dessas iniciativas nas políticas de preservação do patrimônio educativo.

Palavras-chave: História da Educação; Acervos Digitais; Educação Primária Rural.

ACERVOS DIGITALES Y PRESERVACIÓN DE FUENTES PARA LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN RURAL EN BRASIL

Resumen: El objetivo de este texto es presentar lo trabajo de reunión y organización de fuentes de investigación para el estudio de la educación rural que se está llevando a cabo en el ámbito del proyecto temático: "Historia de la Escuela Primaria Rural en el Estado de São Paulo (1931 - 1968): circulación de referenciales extranjeros, iniciativas del Poder Público y Cultura Escolar", financiado por la FAPESP - Fundación de Amparo a la Investigación del Estado de São Paulo. El acervo digital de fuentes se va constituyendo a través de la identificación de documentos en archivos escolares y en los órganos de administración de la enseñanza pública de las ciudades del interior del estado de São Paulo. Movilizando el diálogo entre el campo del patrimonio educativo, del patrimonio cultural y de las ciencias de la información, este texto pone de relieve los desafíos de constitución del acervo digital en sus aspectos técnicos y de información, la relevancia de las fuentes reunidas para la historia de la educación rural y problematiza el lugar de estas iniciativas en las políticas de preservación del patrimonio educativo.
Palabras clave: Historia de la Educación; Acervos Digitales; Educación Primaria Rural.

[1] Universidade Estadual Paulista / Campus de Marília – SP / Brasil. Email: rosa@fclar.unesp.br

THE DIGITAL COLLECTION (ARCHIVES) AND CONSERVATION OF SOURCES FOR THE HISTORY OF THE RURAL PRIMARY SCHOOL EDUCATION IN THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT: The aim of this article is to present the work that collects and organizes research sources for the study of the rural education which has been carried out in the spheres of the Project theme: "The History of the Rural Primary School in the State of São Paulo (1931 – 1968): circulation of foreign references, public authorities initiatives, and school culture"; this Project is financed by FAPESP – São Paulo State Foundation for Research Support. The digital collection has been constituted by means of the identification of documents from school archives and from archives of public organs in charge of the public school education in interior cities of the state of São Paulo. It is stimulating the dialogue among the areas of the history of education, the history of culture and the information Science area; this paper brings up the challenges of building up digital collections (archives)in their technical and informational aspects, as well as the relevance of the gathered sources to the history of the rural area education and problematizes the place for such initiatives in the history of education preservation policies.
Keywords: History of Education; Digital Collections; Rural Primary Education.

Este texto compreende uma reflexão sobre a importância e os desafios da constituição de acervos digitais para a preservação de fontes para a história da educação primária rural no Brasil. A análise toma como referência o trabalho de reunião e organização de fontes de pesquisa que vem sendo realizado no âmbito do projeto temático "História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931 – 1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar", financiado pela FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Além de analisar a circulação de ideias e propostas para a educação rural integrando a abordagem política com a perspectiva da cultura escolar, o projeto tem como finalidade a disponibilização de fontes documentais para a comunidade de historiadores da educação com vistas a subsidiar a investigação proposta e fomentar novos estudos sobre a educação rural. A constituição de acervos digitais de fontes inscreve-se, portanto, nas condições de produção da pesquisa sobre o tema.[2]

1. Escopo do projeto de pesquisa

Como têm sustentado inúmeros autores, a escola pública tornou-se, nos últimos dois séculos, componente fundamental de sustentação da democracia moderna. Desde o final do século XVIII, a defesa da educação pública consubstanciada na ideia de uma escola primária única, universal, gratuita e sob a supervisão estatal tornou-se uma ideia força, arraigada nos projetos políticos e socioculturais de modernização e transformação da sociedade. Por isso, o estudo da escola primária encontra-se no âmago da compreensão da educação como esfera pública ou nos termos como assinalam Freitas e Biccas (2009), na compreensão da educação escolar como instituição chave da história política contemporânea.

Além de civilizar e moralizar o povo, a escola primária tornou-se lócus de difusão de saberes, de noções científicas, de códigos, condutas e valores considerados modernos. Por isso, a sua história guarda uma relação intrínseca com a história cultural da sociedade.

No Brasil, a defesa da difusão da escola primária atravessou o século XIX mobilizando debates e gerando iniciativas dos poderes públicos. Como atestam os estudos Schueler e Gondra (2008), Barra (2001, 2005), Neves (2009), entre outros, a constituição da forma escolar moderna ocorreu no Brasil nesse período incorporando diferentes grupos sociais inclusive filhos de afrodescendentes.

[2] Agradeço às bolsistas de treinamento técnico Cassia Caroline Ezarqui e Manuela Priscila de Lima Bueno pela colaboração na organização do acervo digital, objeto de análise deste texto.

Não obstante, foi no século XX, que ocorreu uma ampliação significativa da escolarização da infância no país. Apesar das iniciativas promovidas pelos governos de vários estados no início da República em prol da difusão da educação popular, os índices de escolarização da população em idade escolar eram muito baixos na década de 20. De acordo com os dados estatísticos apresentados na Conferência Interestadual do Ensino Primário realizada em 1922, a população escolar primária no Brasil era de 3.571.877 crianças. Apenas um quarto dessa população era atendido pela escola primária, enquanto 71,15% (2.541.125) da população infantil estavam fora da escola. As diferenças regionais eram acentuadas. No Distrito Federal o índice de população infantil sem escola era igual a 41%, enquanto em Santa Catarina era 43%, São Paulo 56%, Pernambuco 75%, Rio de Janeiro 84%, Maranhão 92% e Goiás 95% (ARAÚJO, 2012).

Além do alto número de crianças sem escolas, já se verificava o privilegiamento do atendimento escolar nas zonas urbanas em detrimento das zonas rurais. De fato, essa diferenciação educacional foi marcante na história da educação brasileira em boa parte do século XX.

Nos anos 30, mais de 70% da população brasileira ainda residia na zona rural. Apesar dessa concentração populacional no campo, as políticas educacionais continuaram priorizando as zonas urbanas. Não obstante essa diferenciação no atendimento, estudos recentes têm demonstrado a importância das escolas isoladas localizadas nas zonas rurais para a educação de parte da população rural brasileira (SOUZA, 2012, 2013).

O problema da educação rural começou a ser debatido nos anos 20 e tornou-se objeto de interesse do governo federal somente na década de 30. Na Constituição de 1934, o ensino rural foi, pela primeira vez no país, estabelecido como direito social, sendo previsto orçamento anual específico para sua manutenção. A preocupação com a educação rural esteve associada nesse momento ao projeto autoritário do governo Vargas de modernização da sociedade brasileira. A educação rural foi vista como um meio de contenção do fluxo migratório, de saneamento do interior e de formação técnica (PAIVA, 1987, AVILA, 2013).

Nos anos 40 e 50 foram implementados vários programas e projetos de educação rural pelo governo federal mediante a atuação do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. Entre essas iniciativas destacam-se a criação da Comissão Nacional de Ensino Primário em 1938 (Decreto-lei n° 808, de 18/11/1938), a realização em 1941, no Rio de Janeiro, do 1° Congresso Nacional de Educação debatendo políticas para o ensino primário na zona rural, a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942 destinando 70% dos recursos para a construção de prédios escolares, a promulgação da Lei

Orgânica do Ensino Primário estabelecendo diretrizes gerais para esse nível de ensino para todo o país, e, a instituição da Campanha Nacional de Educação Rural a partir de 1952. Para o debate sobre a educação rural nesse período muito contribuíram as discussões levadas a termo durante o 8° Congresso Brasileiro de Educação promovido pela Associação Brasileira de Educação e realizado na cidade de Goiânia, em 1942.[3]

Para a legitimação de suas políticas voltadas à educação rural o governo federal e os governos estaduais valeram-se amplamente do argumento estrangeiro. Além de convênios celebrados com os Estados Unidos, para treinamento de técnicos e professores, circularam e foram apropriadas no país outras experiências internacionais como as granjas escolares espanholas e as missões rurais mexicanas.[4] Na década de 40, o professor norte-americano Robert King Hall, da Columbia University, prestou uma assessoria ao INEP para auxiliar na execução do Programa de Organização do Ensino Primário. Durante a sua estadia no Brasil, esse educador visitou várias cidades do sul, sudeste e nordeste, propôs um novo modelo de escola primária rural a ser adotado no país e treinou professores de escolas rurais em cursos promovidos pelo INEP.[5] Internamente, o debate em torno do ensino primário rural envolveu posições divergentes, por um lado os defensores da escola comum no campo e na cidade, partilhada por vários adeptos do movimento Escolanovista, de outro lado, os defensores da escola tipicamente rural com finalidades e organização adaptada ao meio rural, posição propagada pelos ruralistas, cujo principal representante foi Sud Mennucci.

A situação do ensino primário verificada em âmbito nacional também era grave no estado de São Paulo. Em 1940, a população geral desse estado foi estimada em 7.239.711 habitantes, dos quais 3.199.952 (44,2%) residiam nas cidades enquanto 4.039.759 (55,8%) residiam na zona rural.

Apesar do grande contingente da população residir no campo, a escola primária pública atendia, sobretudo, a zona urbana. Por exemplo, em 1940 para um total de 554.332 alunos matriculados nas escolas primárias paulistas, 342.683 alunos (61,8%) frequentavam escolas urbanas enquanto somente 211.649 (38,2%) de crianças em idade escolar frequentavam escolas localizadas nas zonas rurais do estado (ALMEIDA, 1945). Essas escolas rurais possuíam um currículo mais simplificado e curso primário de apenas três anos

[3] Análise detalhada sobre os debates levados a termo nesse Congresso foi realizada por Ademilson Paes, 2011.
[4] A propósito, vale ressaltar o documento elaborado por Lourenço Filho, em 1951, intitulado Educação Rural no México. Análise desse documento encontra-se em Souza, 2013.
[5] Parte dessa experiência do Professor Robert King Hall foi publicada no livro Problemas de Educação Rural. A esse respeito, ver Ávila, 2013.

de duração. Porém, não se pode desconsiderar a relevância dessas escolas para a escolarização de parte da população infantil do estado de São Paulo em meados do século XX.

Em consonância com a centralidade atribuída pelo governo federal considerando a educação rural questão social por excelência, a partir da década de 30, os governos do estado de São Paulo passaram a implementar políticas específicas para a educação rural. De fato, enquanto em 1930 havia 2.218 escolas isoladas rurais mantidas pelo governo estadual com 90.137 alunos matriculados (SÃO PAULO, 1931), em 1957, o número de escolas isoladas rurais compreendia 7.225 unidades com 234.520 alunos (SÃO PAULO, 1958).

Além da expansão significativa das escolas isoladas, foram instituídas experiências alternativas como as granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas experimentais pelo Código de Educação de 1933, e as escolas típicas rurais a partir de 1943. Essas escolas faziam parte do que foi denominado de "ensino típico rural" cujas propostas pedagógicas e programas de ensino atendiam às finalidades específicas da educação no campo com base nas concepções ruralistas.[6] Conforme ressaltou o governador Jânio Quadros em mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1957, no ano anterior, o estado de São Paulo contava com 47 grupos escolares rurais com 10.703 alunos matriculados e 162 escolas típicas rurais com 15.983 alunos (SÃO PAULO, 1957). Apesar desse número significativo de unidades escolares tipicamente rurais, em realidade, prevaleceram nas zonas rurais paulistas as escolas isoladas de ensino comum, isto é, escolas rurais seguindo os mesmos programas de ensino das escolas primárias urbanas.

Portanto, pode-se dizer que a expansão expressiva de escolas primárias rurais no estado de São Paulo nos anos 40 e 50 foi resultado de vários esforços articulados, envolvendo o poder público estadual, a atuação do Ministério da Educação mediante o Instituo Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais e as organizações da sociedade civil.

Marcada pela diferenciação social e pela marginalização nos estudos educacionais, a educação rural tem demandado esforços investigativos sistemáticos e aprofundados. Nesse sentido, o projeto "História da Escola Primária Rural no Estado de São Paulo (1931 – 1968): circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar" tem buscado investigar as condições em que a escola primária tornou-se acessível às populações rurais paulistas.[7]

---

[6] Estudo aprofundado sobre o ensino típico rural no estado de São Paulo encontra-se em Moraes, 2014.

[7] Participam da equipe do projeto os seguintes pesquisadores: Profa. Maria Aparecida Franco Pereira (UNISANTOS), Prof. Macioniro Celeste Filho (UNESP / Bauru), Profa. Rosa Fátima de Souza (coordenadora, Unesp Marília), Virginia Pereira da Silva Ávila (Doutorado - Unesp – Araraquara), Silvio Luiz Santiago Pasquarelli (Mestrado - UNISANTOS), Rafael da Silva e Silva (Doutorando - UMESP), Agnes Iara Domingos

O projeto tem buscado transitar dos aspectos mais específicos para os mais gerais obtendo assim uma compreensão mais abrangente da história da escola primária rural no estado de São Paulo, no período entre 1930 e 1968, quando se intensificaram as políticas do governo federal para o setor e ocorreu uma significativa expansão da oferta educacional no campo nesse estado, além da implementação de inúmeros projetos educacionais inovadores.

Vale assinalar que a delimitação do projeto abrange tão somente o ensino primário destinado à população infantil. Esta observação se faz necessária, uma vez que o termo educação rural tem comportado no Brasil inúmeros significados envolvendo, por exemplo, as instituições profissionais do ensino agrícola (em seus níveis elementar e médio), os Aprendizados e Patronatos Agrícolas, as Missões Rurais que atuaram na Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958) e na Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e As atividades desenvolvidas pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) iniciada em 1952 (MENDONÇA, 2006).

No que diz respeito às fontes de pesquisa para a história do ensino primário no estado de São Paulo, pode-se dizer que elas são escassas para o período posterior aos anos 30 do século XX. De fato, comparativamente, o conjunto de fontes para o período da Primeira República (1889 – 1930) é consideravelmente maior, pois, o Arquivo do Estado de São Paulo possui uma vasta documentação da Diretoria Geral da Instrução Pública. Porém, para as décadas posteriores, o Arquivo não disponibilizou ainda para os pesquisadores a documentação sob a sua guarda. Exceção deve ser mencionada em relação ao conjunto de 66 relatórios produzidos pelos delegados regionais de ensino referente ao período de 1935 – 1946.

Para o período de 1930 a 1960, as fontes disponíveis compreendem os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1935 – 1936 e de 1936 – 1937, a legislação educacional, os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, os Boletins da Diretoria do Ensino e artigos publicados em periódicos educacionais como a Revista de Educação e a Revista do Professor.[8] Tendo em vista as finalidades do projeto de pesquisa optou-se por complementar a documentação disponível explorando fontes dos arquivos escolares. Para tanto, foram

---

Moraes (Mestranda UNESP / Marília), Manuela Priscila Lima Bueno (Mestranda UNESP / Rio Claro) e Cássia Caroline Ezarqui (Bolsista TT1 – FAPESP / UNESP – Araraquara), Kamila Cristina Evaristo Leite (Bolsista PIBIC/ CNPq - UNESP / Araraquara), Alessandra de Souza Carvalho (Bolsista PIBIC/ CNPq - UNESP / Araraquara). Este estudo consiste em um desdobramento do projeto temático "História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

[8] Boa parte dessas fontes encontram-se no Instituto de Pesquisas Educacionais "Sud Mennucci", localizado na cidade de São Paulo.

selecionadas algumas cidades paulistas localizadas nas regiões do Litoral Sul, zona Central, Baixa Paulista, Mogiana e Alta Paulista (Santos, São Vicente, Campinas, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Ibaté, Ribeirão Preto, Batatais, Bauru e Marília).

Contudo, o acesso aos arquivos das escolas primárias rurais tem sido bem mais difícil do que esperávamos, devido às transformações institucionais ocorridas na educação primária rural no estado de São Paulo no final do século XX.

Em 1989 ocorreu o processo de nucleação das escolas elementares rurais no estado de São Paulo resultando no fechamento de inúmeras escolas isoladas.[9] Nos anos 90 ocorreu o processo de municipalização do ensino fundamental em todo o estado. Nesse processo, boa parte da cultura material das escolas estaduais rurais foi descartada e a pouca documentação administrativa restante foi redirecionada para algumas escolas estaduais localizadas na zona urbana. Para a identificação desses acervos é fundamental a consulta às Diretorias Regionais de Ensino. Nessas condições, a identificação e reunião de fontes remanescentes dos arquivos das escolas rurais por meio de cópia digital atende não somente as demandas do projeto de pesquisa em andamento, mas se converte em um instrumento de pesquisa valioso para outros historiadores da educação paulista.

Dessa maneira, este acervo constituído para fins acadêmicos inscreve-se também como mais uma iniciativa de preservação do patrimônio escolar e da memória da escola pública.

2. A constituição do acervo digital de fontes para a história da educação primária rural no estado de São Paulo

A reprodução de documentos em formato digital tem facilitado muito o trabalho dos pesquisadores economizando tempo na coleta de dados e potencializando o acesso e mobilização das fontes para a produção da pesquisa. Por outro lado, a disponibilização de fontes digitais encerra várias dificuldades, entre elas a dos direitos de propriedade intelectual e a da preservação e integridade dos documentos em longo prazo.

Na constituição do acervo digital de fontes para a história da educação primária rural no estado de São Paulo temos discutido vários desses problemas e buscado soluções viáveis para a preservação de uma documentação dispersa e, algumas vezes, em risco.

O trabalho de reprodução dos documentos e de organização do acervo tem sido desenvolvido por duas bolsistas de treinamento técnico, cujas bolsas de pesquisa são

[9] O agrupamento das escolas rurais foi estabelecido pelo Decreto n° 29.499, de 05/01/1989. Ver, Vasconcelos, 1993.

financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP[10] e realizado em cinco etapas: a) identificação das fontes; b) tratamento e edição das fontes coletadas; c) organização do acervo digital; d) cadastro do documento digital; e) construção e alimentação do banco de dados.

O trabalho de identificação de fontes parte do contato com os dirigentes das Diretorias Regionais de Ensino para apresentação do projeto e das pesquisadoras. Nessa etapa, é solicitada autorização do dirigente para consulta da documentação nas escolas estaduais. O segundo passo é o contato com os diretores das escolas estaduais para a autorização para o levantamento da documentação existente nas escolas. Essa fase tem demandado um grande esforço das bolsistas, pois nem sempre o contato com os diretores é facilitado. Além disso, às vezes é preciso compatibilizar os horários dos pesquisadores com o dos responsáveis pelos arquivos das escolas e, outras vezes, cabe aos próprios pesquisadores separarem a documentação das escolas rurais dispersas entre outros documentos, nos porões das escolas.

Mas, a reprodução dos documentos também demanda cuidados especiais. Se por um lado, as câmaras digitais facilitaram sobremaneira o trabalho de coleta de dados, por outro lado, é forçoso reconhecer o modo artesanal e precário com o qual lidamos com o uso desses equipamentos. No projeto, temos buscado aprofundar nossos conhecimentos sobre a linguagem fotográfica (enquadramento, luz, resolução, foco) de modo a potencializar o uso da fotografia como recurso metodológico na pesquisa histórica. O uso desse recurso demanda por sua vez conhecimentos básicos sobre tratamento digital de imagens de várias extensões em *softwares* específicos, e armazenamento eletrônico de documentos históricos em diretórios e/ou outros dispositivos, inclusive na forma de *backup*.

Portanto, a segunda etapa do trabalho consiste na edição das fontes coletadas e no tratamento das imagens por meio do Programa *PhotoScape* v.3 6.2 que possibilita tornar a imagem mais nítida por meio de recursos de redimensionamento, recorte, clareamento da imagem, brilho, remoção de manchas. Este programa permite agilizar a edição das imagens, pois possui o recurso de armazenamento automático em *backup* das imagens editadas. As imagens descarregadas da câmara fotográfica são armazenadas em uma pasta intitulada "Coleta" e as fontes tratadas são armazenadas em uma pasta denominada "Tratamento". As duas imagens abaixo retratam a situação das imagens captadas do original (Figura 1) e após o tratamento (Figura 2)

[10] A bolsista Cássia Caroline Ezarqui (Treinamento Técnico I) desenvolve o subprojeto intitulado Gerenciamento de fontes digitais para a História da Educação e a bolsista Manuela Priscila de Lima Bueno (treinamento Técnico III) desenvolve o subprojeto Preservação de fontes para o estudo histórico da escola primária rural no estado de São Paulo.

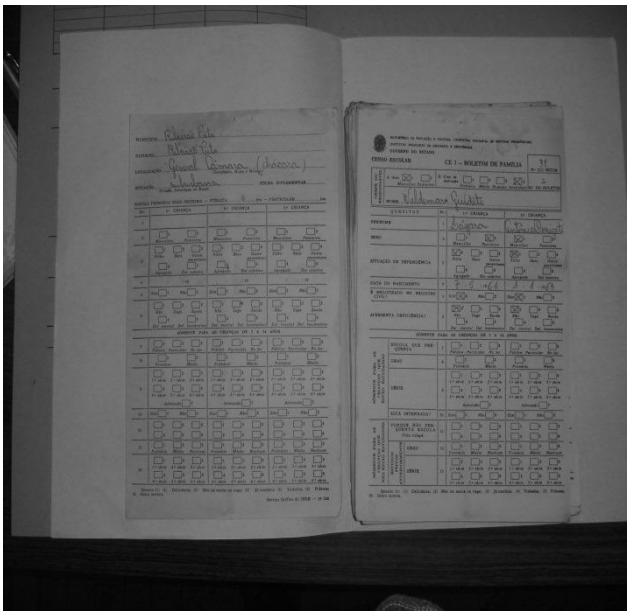


Figura 1 – Livro do Censo Escolar – Ribeirão Preto, s/d.

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto – SP

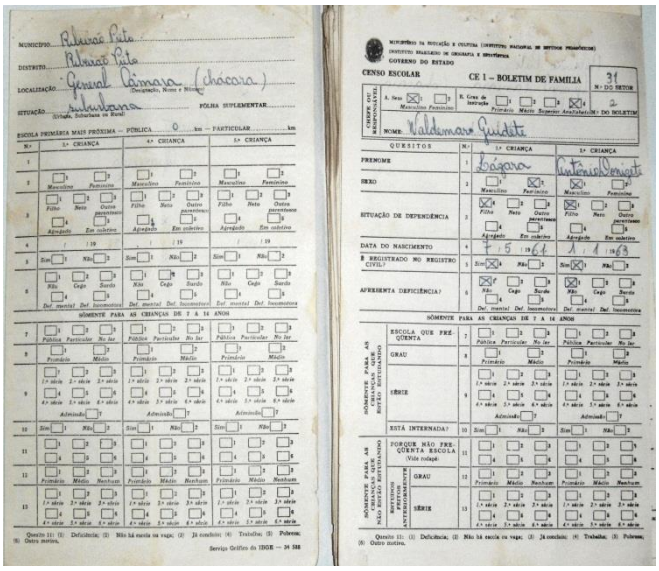


Figura 2 – Imagem tratada do Livro do Censo Escolar – Ribeirão Preto, s/d.

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto – SP

A etapa seguinte é a de organização do acervo digital. Nesse momento é feita a conferência das imagens fotográficas e as imagens pertencentes a um mesmo arquivo são salvas em extensão *Portable Document Format* (PDF) com as respectivas referências, isto é, a

cada documento é atribuído um nome de arquivo digital seguindo uma notação dada ao documento. Essa notação segue as normas arquivísticas e compreende uma sequência que identifica o fundo e número do cadastro, a tipologia do documento, número atribuído a ele, local e data.

Exemplo: **ER01/LArp/01/RC/1940** (Educação Rural cadastro 1/ Livro de Atas de reunião pedagógica / n° do documento/ local: Rio Claro/ data)

Os documentos tratados e denominados são arquivados em uma pasta denominada "Acervo". Esta etapa consiste no cadastro dos documentos digitais. Para cada documento é elaborada uma ficha de identificação contendo o número do cadastro, a referência (nome do arquivo digital), a tipologia, título, autoria, número de páginas, ano de início e término, local e instituição onde o documento foi encontrado, nome do responsável pela cópia do documento (captação das imagens) e do responsável pelo cadastro e observações.

Modelo de ficha cadastral

CADASTRO DE DOCUMENTO DIGITAL

Ficha Cadastral

Nº do cadastro: 85

Referência: ER/85/LC/32/RP/1934-1937

Tipologia: Livro de Chamada

Título: Livro de Chamada da Escola Municipal da Fazenda Glória – 1934-1937

Autoria: Sylvia Barros

Nº de páginas: 31

Ano de início: 1934

Ano de término: 1937

Local/Instituição onde o documento foi encontrado: Arquivo Municipal de Ribeirão Preto.

Responsável pela cópia do documento: Manuela Bueno

Responsável pelo cadastro: Cássia Caroline Ezarqui

Índice temático: Chamada

Observações: O livro contêm apêndices.

A última etapa diz respeito à preservação do acervo digital e a sua disponibilização para outros pesquisadores. Nesse sentido, nosso intuito é construir um banco de dados com *software* livre e sistema de busca. Uma vez que as fontes reunidas são provenientes de instituições públicas, até obtermos a autorização para a publicação *online* do acervo, pretendemos manter o banco de dados com o acesso restrito disponibilizando na web somente o inventário das fontes. Os pesquisadores poderão consultar o banco de dados na Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara ou obter cópia digital dos documentos previamente solicitados.

Até o momento (junho de 2014) foram capturadas cerca de 5.237 imagens compreendendo 124 documentos referentes a escolas primárias rurais das cidades de Rio Claro, São Carlos, Ribeirão Preto, Ibaté e Mococa. Os documentos referem-se às seguintes tipologias: Cadernos de Chamada, Diários de Classe, Livro de Chamada, Livro de Matrícula, Livro de Termo de Visitas, Censo Escolar, Livro Ata de Reuniões Pedagógicas, Livro de Assentamento de Portaria, Livro de Inventário.

Toda a potencialidade dessa documentação está por ser explorada. Porém, o exame preliminar de alguns documentos, como as cadernetas de chamada e livros de matrícula atestam a existência de indícios relevantes sobre idade e frequência dos alunos, profissão dos pais e local de residência, motivações de ausências e justificativas de eliminações. Os termos de visita registram impressões dos inspetores sobre o trabalho desenvolvido pelas professoras nas escolas e os livros de inventário auxiliam o estudo da cultura material escolar.

Para as finalidades do projeto de pesquisa em apreço destacam-se as Atas de Reuniões Pedagógicas. Essas reuniões ocorriam uma vez por mês, com exceção dos meses de férias escolares – Janeiro e Julho – e reuniam professores de escolas isoladas de diversas localidades na sede do município, geralmente nas dependências de um grupo escolar.

No conjunto de 134 atas das reuniões pedagógicas das escolas isoladas da cidade de Rio Claro, referentes ao período de 1946 - 1966, foi possível encontrar inúmeros vestígios de práticas pedagógicas prescritas e realizadas nas escolas rurais desse município.[11] Essas atas trazem registros detalhados de assuntos administrativos e pedagógicos tratados nas reuniões de professores. Assim, foram encontradas menções a leis, decretos e circulares sobre a educação em geral, assim como diretrizes para o preenchimento da escrituração escolar e informações sobre condições de trabalho dos professores. No que diz respeito às questões

[11] Estudo aprofundado sobre as atas das reuniões pedagógicas das escolas isoladas da cidade de Rio Claro foi realizado pela bolsista de iniciação científica Kamila Cristina Evaristo Leite. Cf. Leite, 2013.

educativas, as atas ressaltam indicações para o ensino dos diversos conteúdos do programa do curso primário e critérios adotados pelos professores para a seleção de livros didáticos. Outros assuntos também são relatados como a prática de estudo de textos preparados pelos professores e discutidos nas reuniões, avaliação escolar, especialmente prescrições para aplicação de exames e provas, dados sobre datas comemorativas e campanhas educacionais, funcionamento das instituições auxiliares da escola como Caixa Escolar e Biblioteca Circulante e problemas e recomendações relacionadas à disciplina dos alunos.

O conjunto das fontes reunidas até o momento confirma a validade do investimento na organização de acervos digitais de fontes para a pesquisa histórica e põe em questão os desafios da preservação de documentos digitais.

Considerações finais

Para concluir parece-nos oportuno problematizar o alcance da constituição de acervos digitais de fontes para a pesquisa histórica em educação. Evidentemente, o esforço de identificação, reunião e organização de fontes não deve beneficiar apenas o grupo de pesquisa envolvido nessa atividade, mas os pesquisadores e educadores de um modo geral. Para isso ocorrer, é indispensável a ampla disponibilização do acervo com possibilidade de acesso irrestrito à informação via web. No caso do acervo aqui relatado, estamos aguardando a autorização da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a divulgação *online* do acervo. Vale ressaltar que se encontram em discussão, no estado de São Paulo, diretrizes para a preservação do patrimônio escolar.

Não obstante, como bem nos lembra Arellano (2004), o problema da preservação digital envolve questões técnicas, sociais e institucionais. Tão importantes quanto as definições em torno da tecnologia a ser empregada, são as finalidades estabelecidas para a preservação e os aspectos legais e culturais ligados às instituições que se propõem a disponibilizar informações, como as universidades.

A propósito, o conceito de Margareth Hedstrom de preservação digital é esclarecedor:

> [...] o planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável'. A preservação digital compreende os mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de dados digitais que garantiriam a perenidade dos seus conteúdos. (apud ARELLANO, 2004: 17)

Nessa direção, Thomaz e Soares ressaltam as dificuldades implícitas na preservação digital:

> A dificuldade fundamental da preservação digital advém da natureza dos próprios objetos que busca preservar. Diferentemente dos formatos tradicionais, os objetos digitais são acessíveis somente através de combinações específicas de componentes de *hardware, software*, mídia e pessoal técnico. (THOMAZ; SOARES, 2004: 2)

Como também assinalou Arellano (2004), além de procedimentos específicos e técnicas apropriadas para cada tipo de formato e mídia, é preciso levar em conta a necessidade de preservação de tecnologia, utilização criteriosa de metadados e criação de repositórios destinados à recuperação de dados. Ainda segundo o autor, as condições básicas à preservação digital pressupõem a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais. Isso significa

considerar as mídias empregadas no armazenamento (CD-ROM, DVD, etc), os formatos atualizados para inserção de dados (*software* e *hardware* que possibilitem a leitura) e os mecanismos que garantam a integridade e autenticidade da informação dos documentos eletrônicos. A migração sobressai como uma estratégia importante, pois permite transferir a informação digital configurada em uma dada tecnologia para gerações subsequentes.

A relevância dos acervos de fontes deve ser potencializada nos formatos de disponibilização aos usuários, o que depende de condições técnicas, operacionais e institucionais. Levar isso em conta encontra-se hoje no cerne da justificativa e do empreendimento da constituição de acervos de fontes. Sem dúvida, poderá ser uma estratégia coletiva de discussão e problematização da contribuição dos pesquisadores e da universidade para a preservação do patrimônio educativo.

Referências

ALMEIDA, João (1945), "O ensino primário em São Paulo de 1934 a 1943", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, vol. 4, núm. 12, pp. 366-390.

ARAÚJO, José Carlos Souza (2012), "Republicanismo e escola primária nas mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais", em Rosa Souza; José Carlos Souza Araújo e Rubia Mar Nunes Pinto, *Escola Primária na Primeira Repúblic*a (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada. Araraquara – SP, Junqueira &Marin, pp. 100-150.

ARELLANO, Miguel Angel (2004), "Preservação de documentos digitais", *Ciência da Informação*, vol. 33, núm. 2, pp. 15-27.

AVILA, Virgínia. Pereira da Silva (2013), " História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952) - uma abordagem comparada", tese de doutorado em Educacão Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Brasil.

Barra, Valdeniza (2005), "Briga de vizinhos: um estudo dos processos de constituição da escola pública de instrução primária na Província de São Paulo: 1853-1889", tese de doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

BARRA, Valdeniza (2001), "Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola paulista do século XIX", dissertação de mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

FREITAS, Marcos Cesar; BICCAS, Maurilane de Souza (2009), *História social da educação no Brasil* (1926 – 1996), São Paulo, Brasil, Cortez.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo (2013), "As Práticas Educativas no Ensino Primário: um estudo histórico sobre as Escolas Isoladas de Rio Claro (1940-1960)", *Revista do Arquivo,* núm. 11, pp.50 -53.

MENDONÇA, Sonia Regina (2006), "Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica", em Sonia Regina Mendonça (Org.), *Estado e historiografia no Brasil,* Niterói, Brasil, EdUFF, pp. 137-146.

MORAES, Agnes Iara Domingos (2014). *Ensino primário tipicamente rural o estado de São Paulo:* um estudo sobre as granjas escolares, os grupos escolares rurais e as escolas típicas rurais (1933 – 1968). 130p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

NEVES, Dimas Santana Souza (2009), "Razões de Estado: as reformas da instrução pública em mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851 – 1859)", tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil.

PAES, Ademilson Batista (2011), "A escola primária rural em Mato Grosso do Sul no período republicano (1889 – 1942)", tese doutorado em Educação, Universidade Estadual Paulista, Brasil.

PAIVA, Vanilda (1987), *Educação popular e educação de adultos,* São Paulo, Brasil, Loyola.

SÃO PAULO (1931), *Estatística Escolar de 1930*, Directoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo, Secção de Estatística e Archivo, Publicação núm. 1, Brasil.

SÃO PAULO (1957), "Mensagem apresentada pelo governador Janio Quadros à Assembléia Legislativa do estado de São Paulo em 14 de março de 1957", São Paulo, Brasil.

SÃO PAULO (1958), "Mensagem apresentada pelo governador Jânio Quadros à Assembleia Legislativa do estado de São Paulo em 14 de março de 1958", São Paulo, Brasil.

SCHUELER, Alessandra e GONDRA, José Gonçalves (2008), *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro,* São Paulo, Brasil, Cortez.

SOUZA, Rosa Fátima (2011), " Os desafios da investigação comparada em âmbito regional para a escrita da história da educação brasileira", em Nicanor Sá e Elizabeth Sá (Org.*), Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República*. Cuiabá, Brasil, Editora da UFMT, pp. 45-58.

SOUZA, Rosa Fátima (2012), "As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil" em José Carlos Souza Araújo; Rubia Mar Nunes Pinto e Rosa Fátima de Souza, *Escola primária na Primeira República (1889 – 1930):* subsídios para uma história comparada, Araraquara, Brasil, Junqueira & Marin.

SOUZA, Rosa Fátima (2013), "A 'Educação Rural no México' como referência para o Brasil." *Revista Educação em Questão* (UFRN. Impresso), v. 45, p. 61-81.

THOMAZ, Katia e SOARES, Antonio José (2004), "A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS)", *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, vol. 5, núm. 1, pp. 34 – 51.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara (1993), "Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural?" *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 86, p. 65 – 73, ago.

Recebido em 17-07-2014
Aprovado em 11-09-2014